

## VIOLÊNCIA CONJUGAL:

### POR QUE AS MULHERES PERMANECEM NESTE CONTEXTO?

Renata de Araújo Chamma<sup>1</sup>  
Lidiane Chiroll da Silva Araujo<sup>2</sup>  
Thais Mendonça Esteves<sup>3</sup>  
Ligia Claudia Gomes de Souza<sup>4</sup>

#### Resumo

A violência contra a mulher deve ser tratada como uma questão de saúde pública, visto os altos índices de violência doméstica verificados, que justificam o presente debate e as investigações. Este artigo objetiva apontar e compreender alguns dos fatores que explicam a permanência da mulher nessa posição, mesmo sofrendo diversos tipos de abusos. Para cumprir esse fim, o estudo em questão investigou essa realidade através da aplicação de questionários a 117 mulheres, com idades entre 18 e 62 anos, que estão ou já tiveram relações heterossexuais não saudáveis. Quanto às hipóteses, os seguintes fatores foram colocados como os mais relevantes para os participantes: “dependência emocional”; “expectativa de mudanças de comportamento”; “apego às boas experiências” e “não considerar as atitudes como abusivas”. Os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo e organizados em gráficos e tabelas. Os resultados mostraram que os itens “expectativa de mudança de comportamento” e “apego às boas experiências”, respectivamente, receberam um percentual mais expressivo quando comparados aos demais, por conseguinte, estes mostraram ter maior influência sobre as participantes.

**Palavras-chave:** violência conjugal, mulheres, permanência, relacionamento abusivo, violência, patriarcado.

#### Abstract

Violence against women must be treated as a public health issue, given the high rates of domestic violence verified, which justify debate and investigations. This article aims to comprehend, as well as to point out, some of the factors behind the permanence of women in this position, even when suffering different types of abuse. We applied questionnaires to 117 women, within the ages of 18 and 62, who are, or already had been part of unhealthy heterosexual relationships. As for the hypotheses, the following factors were placed as the most relevant to the participants: “emotional dependence”; “the expectation of behavior changes”; “attachment to the good experiences”; “not considering the attitudes as abusive”. The results showed that the items “the expectation of behavior changes” and “attachment to the good experiences”, respectively, received a more expressive percentage when compared to the other ones. Therefore, these were shown to have greater influence on the participants.

**Keywords:** Conjugal violence, women, permanence, abusive relationship, violence against women, patriarchy.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Veiga de Almeida e pós graduanda em terapia cognitivo comportamental na prática clínica pelo IPCS (Instituto de Psicologia e Controle de Estresse).

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Veiga de Almeida.

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Veiga de Almeida.

<sup>4</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1991), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005).

## **Introdução**

A violência conjugal, seja ela em qualquer uma de suas variadas formas de manifestação, apresenta-se como um fenômeno histórico e multifacetado que pode ocorrer em casais hetero ou homossexuais, causando danos físicos e psicológicos, sendo capaz de, até mesmo, levar o indivíduo à morte.

Ao tomar como análise, particularmente, a violência conjugal contra a mulher em relacionamentos heteroafetivos, nota-se que esse é um fenômeno resultante de uma cultura patriarcal presente na sociedade contemporânea. Essa violência é exercida através de comportamentos, atitudes e/ou pensamentos que expressam a dominância do homem sobre a mulher. Dessarte, é reforçada uma romantização do abuso, ou seja, ele é normalizado, o que leva essas mulheres a permanecerem nesta situação. Ao estarem inseridas nesse contexto, muitas mulheres de diferentes classes sociais, idades, religiões, escolaridades e raças expressam uma dificuldade de perceber a violência que sofreram, assim como de encerrar o relacionamento abusivo, voltando-se ao ciclo da violência.

A partir dessas constatações, o presente estudo foi fomentado pelo alto índice da violência conjugal na sociedade contemporânea e devido a uma situação que causa estranhamento: a permanência das mulheres neste contexto, mesmo com a criação de ferramentas de combate à violência, como as delegacias da mulher, entre outras. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender os aspectos e motivações que envolvem a permanência da mulher em situação de violência conjugal. Nessa perspectiva, a pesquisa torna-se relevante no sentido de que irá suscitar reflexões para uma melhor compreensão acerca dessa temática, contribuindo, assim, para a desconstrução da imagem da mulher, que recebe diversos julgamentos por não encerrar o relacionamento.

Para compreender esta temática, vale salientar a sua definição segundo órgãos oficiais. De acordo com a World Health Organization, a violência conjugal apresenta-se através de comportamentos numa relação íntima que causem dano psicológico, físico ou sexual. Outra definição estabelecida é pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2010, p. 13), que configura esse tipo de violência como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Segundo a mesma lei, é possível afirmar que a violência doméstica contra a mulher se apresenta através das seguintes formas, as quais podem ocorrer de modo individual ou combinado: a violência física, caracterizada por comportamentos como empurrar, bater, chutar, sufocar e torturar; violência psicológica, composta por atitudes que causam danos emocionais, prejudicam o pleno desenvolvimento ou visam controlar comportamentos e decisões mediante ameaças, humilhação, manipulação e isolamento; violência sexual, entendida por condutas que provocam constrangimento à vítima ao fazê-la presenciar, manter e/ou participar de atos sexuais não desejados; violência patrimonial, percebida através de comportamentos que configuram a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais etc. e, finalmente, a violência moral, qualificada por atos que constam calúnia, difamação ou injúria.

Para Vigário e Paulino-Pereira (2014), a violência conjugal deve ser considerada como uma problemática de saúde pública, visto que afeta a saúde individual e coletiva das mulheres envolvidas. No entanto, em inúmeras ocasiões a violência não é identificada como tal, seja por desinformação ou até mesmo por uma normalização do abuso em si. Esse fato pode ser ilustrado pela pesquisa DataSenado (2019), a qual afirma que pelo menos 36% das brasileiras já sofreram violência doméstica, e que atos como humilhar a mulher em público, tomar seu salário ou outras situações nem sempre são reconhecidos por elas como violência.

Ademais, a nota técnica de violência doméstica durante a pandemia do COVID-19 ressalta um aumento preocupante dos casos de violência de gênero que acontecem desde 2017. Esse mesmo documento reuniu alguns dados referentes à quantidade de denúncias de violência doméstica e de feminicídio em alguns Estados no ano de 2020. O seu resultado apontou para a diminuição de notificações no início do ano, porém, em relação ao registro de feminicídios, um dos Estados participantes do estudo chegou a registrar aumento de 67% quando comparado ao ano de 2019.

Os dados acima podem ser explicados pelo contexto de pandemia, onde grande parte da população encontrava-se em quarentena. Dessa forma, as mulheres estariam mais expostas à violência doméstica, uma vez que sua presença no ambiente residencial

aconteceria com maior frequência; além de haver uma dificuldade no relato dos abusos, o qual só poderia ser realizado presencialmente durante o período registrado.

Apesar de haver um obstáculo na realização de denúncias durante o período de pandemia do COVID-19, a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil”, elaborada pela Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Datafolha em 2019, indicou que 52% das mulheres não procuraram ajuda diante da violência sofrida. Dentre as que recorreram a alguma forma de ajuda, apenas 22,2% procuraram órgãos oficiais, enquanto as outras 29,6% foram em busca dos não oficiais, como família, amigos e igreja.

Esses dados somente reforçam a grande quantidade de casos de violência conjugal que vêm ocorrendo nos últimos anos, além de apontarem para a presença de uma relutância na realização de denúncias. Sendo assim, percebe-se que a violência em questão é perpetuada, gerando sofrimento para estas mulheres e até mesmo colocando suas vidas em risco.

Para compreender a ocorrência desse fenômeno, primeiro deverão ser realizadas considerações a respeito da construção histórica acerca da figura da mulher, buscando nas raízes culturais alguns dos fatores que estão envolvidos na desigualdade dos gêneros. Para tal, serão explicitados os atributos mais comuns que dizem respeito aos papéis dos gêneros feminino e masculino, evidenciando essa relação historicamente assimétrica.

Segundo Falke *et. al.* (2009), alguns dos valores relacionados ao pensamento tradicional supõem que a mulher seja delicada, obediente e que assuma as responsabilidades relacionadas ao cuidado da casa, do marido, e dos filhos; em contrapartida os homens são ensinados a serem os chefes de família, devendo ser fortes e destemidos. Destarte, as mulheres, e a feminilidade como um todo, majoritariamente têm sua imagem associada ao ambiente familiar, sendo vistas como vulneráveis física e emocionalmente; enquanto o masculino é representado pela coragem e virilidade, geralmente sendo relacionado aos espaços públicos.

Esses papéis de gênero são marcados por dualismos de fragilidade/virilidade, passividade/atividade, em que a imagem masculina é altamente valorizada em detrimento da feminina. Para Gomes *et. al.* (2007), tanto essa apreciação seletiva, quanto os rótulos associados à mulher, geram impacto em seu estilo de vida, o qual é marcado por essa

constante privação da cidadania e controle de seus desejos, suas ações, tomando sua autonomia e até mesmo sua vontade própria.

No que se refere à sociedade ocidental, esse entendimento acerca da mulher, datado desde a pré-história, recebeu grande influência religiosa ao longo dos séculos. Segundo Hufton (1995), a religião judaico-cristã, por exemplo, colocou as mulheres como culpadas pelo pecado original e pela consequente expulsão do homem do paraíso. Elas eram vistas como responsáveis pelo sofrimento de toda a humanidade, sendo associadas ao pecado, à impureza e à tentação; portanto, deveriam ser submissas aos homens, seres iluminados capazes de controlar os instintos femininos:

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas sim a mulher, que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora. Entretanto, a mulher será salva dando à luz filhos — se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com bom senso. (Bíblia Online, Timóteo 2:11-15. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1tm/2/11+>. Acesso em: 27/07/20)

A partir disto é possível afirmar que essa noção de feminilidade como inferior à masculinidade era vista como uma condição inata do gênero feminino, restringindo a sua atuação majoritariamente ao ambiente privado e a profissões associadas ao mesmo. Para caracterizar esse sistema de dominação do masculino sobre o feminino, comumente utiliza-se o termo “patriarcado”, o qual, de acordo com Morgante e Nader (2014), abarca toda a dinâmica do social, permitindo que este fenômeno esteja presente de forma inconsciente tanto em homens quanto mulheres, bem como em diferentes categorias do coletivo social. Pedro (2000), ilustra essa condição através da participação de mulheres na esfera política, permitida, seja se candidatando ou somente participando das votações, apenas no final do séc. XIX em alguns países, enquanto em outros ocorreu em meados do séc. XX.

Segundo Garcia (2015), o discurso feminista dos anos 1970 foi indispensável para desvalorizar a razão patriarcal em relação à natureza da mulher, isto é, para derrubar a ideia de que o funcionamento fisiológico relacionado aos gêneros é determinante das suas características individuais, levando à crença de que o homem se apresenta de alguma forma superior à mulher. Assim, esse movimento procurou questionar fortemente a



naturalização dos papéis de gênero, apontando para essa (de)limitação do feminino como uma construção social e não como uma condição intrínseca a sua expressão biológica.

Apesar do grande avanço dos movimentos feministas em relação ao pensamento machista e patriarcal, ainda é possível observar na atualidade a expressão desses valores tradicionais de forma acentuada na sociedade ocidental. Em vista disso, o conceito *habitus* de Bourdieu pode ser utilizado para entender a ocorrência desse fenômeno. Segundo Araújo *et. al.* (2009), o *habitus* apresenta-se como um agregado de conceitos assimilados através de vivências passadas que formam a base perceptual da sociedade; portanto, produz-se a impressão de que eles são inerentes à natureza humana.

Sendo assim, a violência cometida em inúmeras relações amorosas contra a mulher é validada pelo parceiro, pela vítima e pela sociedade, que muitas vezes a enxergam como culpada pela própria violência.

### **Por que as mulheres permanecem em relacionamentos abusivos?**

Diante do quadro exposto acima, a pergunta que perdura é: por que as mulheres permanecem em situações de violência conjugal? Para que essa questão seja esclarecida, serão apresentados, a seguir, alguns estudos realizados sobre o tema que levantam aspectos econômicos, sociais, religiosos e emocionais como razões da permanência da mulher em um relacionamento abusivo.

Algumas mulheres se mantêm em uma situação de violência conjugal, pois, por mais que sofram com aquela situação, elas levam em consideração os anos de relação vividos e/ou os bons momentos que viveram com o parceiro, dificultando com que se desfaçam dessa relação abusiva em que se encontram. Além disso, muitas mulheres não percebem que estão vivenciando um relacionamento abusivo, só percebendo quando as agressões se tornam mais visíveis, como por exemplo a violência física ou quando termina de fato aquela relação.

Em contraponto, algumas mulheres podem apresentar como motivo para permanecer o medo de morrer. Pazo e Aguiar (2012) relacionam este medo a falas ou comportamentos ameaçadores por parte do parceiro; assim, muitas delas deixam de denunciar por se sentirem intimidadas e por acharem que não possuem o controle de suas vidas, se sentindo desvalorizadas e inferiores.

Sobre a influência da rede de apoio, Souza e Aurélio (2006) afirmam que, a falta de um suporte social também pode contribuir para a submissão e a sujeição às agressões emocionais e/ou físicas, impedindo que as mulheres denunciem seus parceiros. A criação dos filhos também é capaz de contribuir para a permanência, pois muitas vezes a mulher acha indispensável a presença da figura do pai na criação e quer uma garantia de bem-estar para o(s) filho(s) ou por achar que pode perder a guarda destes, caso opte por sair da relação.

Há também uma pressão familiar e de instituições patriarcais, como já citadas no item anterior, conforme Narvaz e Koller (2006), uma vez que se tem uma influência nos papéis de gênero definidos pelo patriarcado, manifestando-se de maneira a proporcionar a manutenção do casamento, onde o homem tem a função de ser provedor do lar e a mulher a função de ser a cuidadora do marido e dos filhos. Além do mais, segundo Schraiber *et. al.* (2002), há casos de famílias que defendem o casamento como insolúvel e, assim, banalizam a violência, colaborando para a perpetuação deste fenômeno.

Porto (2014) evidencia a possibilidade da mulher se submeter a uma situação de violência de modo sistemático e repetitivo por demandar o amor do outro a qualquer preço, logo, pode-se supor que permanecer nessa situação seria uma maneira de tentar conseguir realizar o desejo de ser amada e reconhecida.

A religião também é considerada um fator importante para a permanência. Segundo Strocher (2009 apud PEREIRA *et. al.*, 2018), algumas doutrinas ensinam que as mulheres devem ser passivas, submissas e obedientes, colaborando para vários modos de violência que as acometem. Os discursos religiosos, as interpretações dos textos sagrados e as práticas de exclusão e discriminação sexista da Igreja em relação às mulheres, ajudam para manutenção desse tipo de violência. Os tabus religiosos disseminam, para Citeli e Nunes (2010), que o mito do lar como lugar seguro e sagrado a ser mantido acima de tudo, contribui também para a manutenção da mulher no relacionamento abusivo.

Algumas doutrinas religiosas também podem passar a ideia de serem uma das únicas formas de salvação do parceiro, fazendo com que a mulher não denuncie aquela relação. Ela tende a suportar o que está acontecendo por pensar que através de práticas

espirituais o parceiro possa deixar de ser abusivo, e, portanto, mantém a esperança de haver um fim das violências vivenciadas.

Outro fator, citado por Leite e Noronha (2015), é a questão econômica, já que muitas mulheres se veem obrigadas a continuar com o parceiro por trabalharem ou não ganharem um salário suficiente para o seu sustento e de seus filhos. Desta maneira, apesar da violência também ocorrer com pessoas de alto poder aquisitivo, muitos casos de violência doméstica tendem a acontecer com mulheres de baixo nível econômico e baixa escolaridade em função de uma dependência financeira.

É válido considerar que, como destaca Miller (1999 apud PEREIRA *et. al.*, 2018), o agressor muitas vezes manipula a vítima, fazendo com que esta pense que é culpada pelas agressões sofridas e fazendo promessas de melhora das atitudes em questão. Assim, cria-se a esperança de mudança do comportamento do parceiro, a qual pode ser percebida quando há uma exacerbação das qualidades e virtudes do mesmo para justificar sua permanência na relação, ao mesmo tempo que há uma minimização das atitudes violentas do parceiro, numa tentativa de provar para as pessoas à sua volta que a sua relação não é abusiva.

Diante dessa exacerbação das qualidades do parceiro, cria-se a ideia que, apesar de ser um homem violento, ele também é um homem bom. Cunha (2008) intitula essa oposição de sentimentos de ambivalência, a qual dificulta o enfrentamento da violência contra a mulher a partir dessa maximização do positivo em detrimento da minimização do negativo. Logo, ao mesmo tempo que há uma repulsa da violência, também existe uma afeição pelo homem virtuoso que ainda enxerga nele, gerando um conflito de interesses.

Ademais, o medo do aumento do abuso após o término e a presença de violência intrafamiliar na infância como elemento normalizador da violência, foram dois itens que surgiram na literatura. Para Marques (2005), referente ao medo do aumento do abuso, é possível afirmar que a separação é temida pela mulher já que o homem se sente mais desafiado quando ela se liberta do seu controle, fazendo o necessário para tentar recuperá-la, seja por uma agressão ou assassinato da mulher. Além disso, para a mesma autora, mais mulheres são mortas após abandonar um relacionamento abusivo do que quando permanecem neles.



Já a respeito da presença de violência intrafamiliar, pode-se alegar que a vivência de mulheres em ambientes onde a violência foi incluída e naturalizada está relacionada à possibilidade de se relacionarem com uma pessoa violenta. Nesse caso, isso ocorre pois é possível que elas cresçam com a visão de que os parceiros são autorizados a baterem em suas esposas. Portanto, desenvolve-se uma espécie de consentimento velado da conduta agressiva do parceiro por parte da mulher.

Além do mais, torna-se relevante citar a minimização do abuso e a negação do mesmo como um dos motivos que influenciam a mulher a continuar em uma relação abusiva. De acordo com Walker (1994), a mulher pode minimizar o abuso que sofre quando afirma, por exemplo, que “poderia ter sido pior”. Já na negação, ela alega não estar em um relacionamento abusivo, o qual, para ela, é muito doloroso de admitir. A negação pode também acontecer quando o reconhecimento da verdade pode causar uma revolta, para a qual a mulher não está preparada, ou quando há duas emoções conflitantes, como amar e ter medo do agressor.

Ainda de acordo com o autor supracitado, também é possível considerar o medo de não ser levada a sério ou de que o abuso seja trivializado. Dessa maneira, a mulher por vezes tem medo de que as pessoas não acreditem nela ou que diminuam a importância do evento. Ademais, a vergonha, culpa ou falta de confiança são motivadores para a permanência da mulher no relacionamento, uma vez que se sente de alguma forma responsável ou culpada pelo abuso que sofreu. Assim, a sociedade busca em seus comportamentos, a justificativa para a violência.

Vale ressaltar que a culpabilização da vítima se configura como um agravante, visto que além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada, retomando uma posição de submissão nas relações sociais e do seu papel de propriedade do homem.

Outro fator que também influencia na prevalência deste cenário é a dependência emocional. Essas mulheres, vistas como dependentes emocionais, não conseguem agir, cedendo à chantagem e manipulação do parceiro, uma vez que aceitam tudo com medo de perdê-lo. Essa dependência faz com que elas se coloquem em segundo plano, se sintam culpadas, com vergonha e com raiva pela possibilidade de ficarem sozinhas. Em algumas situações, elas justificam a violência vivida, seja ela física, sexual, patrimonial, moral ou

psicológica, como uma forma de proteger a relação e o parceiro, pois não enxergam futuro sem ele ao seu lado.

Fabeni *et. al.* (2015) afirmam que essa dependência emocional pode ser compreendida como um problema clínico no qual a vítima mantém um relacionamento que traz prejuízos físicos e emocionais. A mulher manifesta esse comportamento de dependência emocional por meio da inferioridade e um amor excessivo pelo agressor, que mesmo diante dos abusos sofridos, silencia-se para permanecer no relacionamento, botando seu bem-estar em risco, não se identificando como vítima e não conseguindo reagir à situação de violência. Essa dependência cria uma submissão emocional na mulher, de sorte a ela acreditar que necessita do outro para viver, se submetendo aos abusos, pois não consegue acabar com o ciclo de violência.

O ciclo da violência é definido por Kelly e Johson (2008) como momentos de violência acompanhados de fases de calma entre o casal. A interrupção do abuso, nas fases de calma, pode potencializar a não caracterização dos episódios sofridos enquanto abuso, pressupondo o arrependimento do abusador. Este é um dos motivos que proporcionam uma maior compreensão acerca da dificuldade que as vítimas encaram frente ao rompimento do vínculo com seu companheiro-agressor. Além disso, para Gracia e Merlo (2016), quando as vítimas tomam coragem para fazer a denúncia, correm o risco de serem revitimizadas, tanto pelo parceiro quanto pelas instituições competentes. Assim, a rede de atendimento se mostra ineficaz e lenta, não funcionando da forma como se espera.

A respeito do comportamento do parceiro, Zancan, Wassermann e Lima (2013) expõem que o ciúme é um forte desencadeador das agressões, impossibilitando a mulher de ter contato com amigas(os) e com a família. Contudo, justificar as agressões por causa dos ciúmes é só mais uma maneira de colocar a responsabilidade na vítima, retirando-a do agressor. Portanto, nesse caso, a permanência se dá pela normalização do ciúme excessivo e pela culpabilização da vítima.

Assim, os motivos que levam as mulheres a permanecerem nessa relação, seja por fatores econômicos, sociais, religiosos ou emocionais, são fatores subjetivos, visto que, cada mulher e cada relacionamento tem que ser considerados individualmente, não devendo ser colocada a culpa na vítima.

É válido destacar que a mulher vítima de violência sofre com diversas consequências negativas que prejudicam sua integridade tanto física quanto mental. Conforme Pereira, Camargo e Aoyama (2018), alguns possíveis efeitos são: estado de vigilância com o objetivo de diminuir ou evitar a coerção, limitação no desenvolvimento do repertório comportamental, rebaixamento de humor, auto-imagem empobrecida, sensação de ineficácia, perda de oportunidades, sensação de falta de controle da situação e de si, sentimento de solidão, insônia, pesadelos, falta de concentração e falta de apetite. Além disso, também são incluídos o aparecimento de psicopatologias como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio.

Estudos realizados pela World Health Organization afirmam que os efeitos da violência se estendem ainda para o âmbito social e econômico, gerando efeitos negativos em toda a sociedade. As mulheres podem sofrer isolamento, incapacidade para o trabalho, perda de salários, falta de participação em atividades regulares e capacidade limitada de cuidar de si mesmas e de seus filhos. Para Carneiro *et. al.* (2017), esses efeitos se devem ao comprometimento do desenvolvimento de potencialidades que asseguram a mulher de prover sua própria subsistência, uma vez que, em muitos casos, ao longo dessa relação, elas se dedicaram exclusivamente às demandas domésticas. Assim, percebe-se uma anulação feminina, em que a mulher perde a oportunidade de se capacitar para o mercado de trabalho.

Conforme os mesmos autores, sobre o isolamento citado, é possível perceber que o desenvolvimento humano das mulheres também é prejudicado, uma vez que, ao se sentirem oprimidas, apresentam dificuldades para a interação social. Algumas mulheres têm ainda a sua liberdade cerceada e essa situação as afasta do convívio familiar e social, situação que compromete a capacidade de estabelecer vínculos interpessoais.

Os efeitos podem comprometer ainda a saúde física da mulher. Segundo Lourenço e Costa (2020), cardiopatias, acidentes vasculares, hipertensão arterial, dores crônicas, problemas intestinais e a fibromialgia são alguns exemplos. Com relação à saúde sexual e reprodutiva, são observadas disfunções sexuais, doença inflamatória pélvica, infecções sexualmente transmissíveis e infertilidade.

A partir desse cenário, pode-se perceber a permanência da mulher em situação de violência conjugal como um fenômeno histórico, multideterminado e que acomete milhares de mulheres na atualidade, causando inúmeros danos físicos e psicológicos nas mesmas. Sendo assim, ao recitar os motivos da permanência, o presente artigo revela o mito da mulher culpada pela própria violência sofrida, procurando investigar e destacar as motivações mais relevantes que contribuem na manutenção dessa realidade, segundo a percepção de mulheres que estão ou já estiveram em relacionamentos abusivos.

## **Método**

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas tanto bibliográficas quanto empíricas. A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de livros e artigos com as seguintes temáticas: relacionamento abusivo, a construção histórica da mulher na cultura patriarcal e violência conjugal. Já na pesquisa de campo, foram entrevistadas virtualmente mulheres que estão, e/ou já estiveram, em relacionamentos abusivos.

A coleta de dados foi realizada individualmente através de um questionário virtual semiestruturado, disponibilizado através da plataforma *Google Forms*. O mesmo contém 11 perguntas, das quais 2 são abertas e as outras 9 são fechadas, além de ter sido dividido em duas partes. Na primeira, procurou-se investigar informações referentes aos dados sociodemográficos das participantes (sexo, idade, escolaridade, etnia, naturalidade e ocupação). Já na segunda parte, estavam as perguntas condizentes com o objetivo desta pesquisa, o qual consiste na compreensão das possíveis ideias, motivações e sentimentos envolvidos na permanência de mulheres em situação de violência conjugal. Nas perguntas em que eram requisitadas informações sobre o relacionamento, foi especificado que as participantes utilizassem como referência aquele que mais havia lhe mobilizado, visto que as mesmas poderiam já ter passado por essa experiência mais de uma vez.

Após prévia aprovação para pesquisa de campo via submissão à Plataforma Brasil (nº CAAE: 35883420.7.0000.5291), esta foi divulgada virtualmente através de grupos da rede social *Facebook*, os quais têm a proposta de acolher vítimas de violência conjugal e informá-las sobre aspectos deste fenômeno. Trabalhamos também com outras plataformas como *Instagram* e *Whatsapp*, por meio do compartilhamento da página

referente ao instrumento desenvolvido. Para responder às perguntas, era necessário passar por uma página onde estaria fornecido o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Este informa a natureza e relevância da pesquisa a ser desenvolvida. Assim, ao acordar com o que foi exposto, escrevendo seu nome, CPF e e-mail, a mulher finalmente poderia ter acesso ao questionário.

Por fim, foram utilizadas técnicas tanto quantitativas quanto qualitativas com o intuito de analisar os dados obtidos ao final da entrevista. Àqueles referentes às perguntas qualitativas foram submetidos a uma análise de conteúdo pautada na perspectiva de Bardin (2011), buscando, assim, formar categorias a partir da procura dos significados lexicais mais frequentes atribuídos pelos entrevistados às temáticas investigadas. Já os dados das questões quantitativas passaram por uma análise estatística descritiva, onde procurou-se resumir e descrever os aspectos mais relevantes encontrados a partir dos mesmos.

### **Participantes**

O critério para participar da pesquisa consistia em ser maior de 18 anos, pertencer ao sexo feminino, estar vivendo e/ou já ter vivenciado um relacionamento heterossexual abusivo. Portanto, foi possível coletar uma amostra de 117 mulheres de 18 a 62 anos durante o período de um mês, sendo estas de diferentes estados do Brasil. Os principais estados que apareceram foram: Rio de Janeiro (RJ) com 38,4%, São Paulo (SP) com 17%, Rio Grande do Sul (RS) que recebeu 10,25%, Paraná (PR) com 8,5%, Minas Gerais (MG) 6,8% e Santa Catarina (SC) 4,2%. Já em relação a raça/cor, 54,7% das participantes se consideraram como brancas, 22,2% como pardas, 10,25% como pretas/negras, e os outros 13,6% afirmaram pertencer a outros tipos de étnico-raciais.

Ao serem questionadas sobre sua escolaridade, percebeu-se que a maior porcentagem assinalada foi superior incompleto com 44,4%; seguido de superior completo com 17,9%; ensino médio completo com 15,4%; pós-graduado 14,5%; ensino médio incompleto com 5,1%; ensino fundamental completo 1,7% e mestrado, e 0,9%, respectivamente. Por fim, no que se refere ao estado civil, 34,3% das participantes estão em relacionamentos casuais, 28,3% encontram-se solteiras, 19,7% são casadas, e 3,4% declararam estar em outras formas de relação.



## **Dados e Resultados**

A apresentação dos resultados será orientada a partir do objetivo geral de compreender os aspectos e motivações que envolvem a permanência da mulher em situação de violência conjugal, e da seguinte hipótese: os itens “dependência emocional”, “expectativa de mudança do parceiro”, “apego aos bons momentos” e “banalização das atitudes abusivas” iriam apresentar um maior índice de relevância para as participantes no que se refere à continuidade da mulher neste contexto. Assim, os dados obtidos serão evidenciados e correlacionados entre si e com as informações encontradas na bibliografia.

O formulário foi iniciado a partir do seguinte questionamento: "Você já esteve ou está em um relacionamento abusivo?" com o intuito de realizar uma triagem das participantes e verificar se as mesmas já haviam experienciado mais de uma vez, visto que, muitas vezes, essas mulheres se envolvem em mais de um relacionamento abusivo em suas vidas. Sendo assim, foi observado que 71,8% já vivenciaram em algum momento, 19,7% disseram estar passando por tal situação atualmente e os outros 6,8% já estiveram no passado e estão vivendo hoje em dia.

Na sequência estão as duas questões abertas, a primeira, com o objetivo de verificar a visão da mulher sobre o momento em que as atitudes abusivas tiveram início e, a segunda, que procurou entender quando a entrevistada percebeu que estava em um relacionamento abusivo.

Dessa forma, ao analisar a fala das participantes, foram captadas 126 unidades de registro na primeira questão, a partir das quais foram formalizadas 23 categorias. Ao passo que na segunda foram obtidas 155 unidades de registro, organizadas em 18 categorias. Com intuito de trazer as informações mais relevantes segundo o objetivo e as hipóteses colocadas previamente, serão expostas as 10 categorias mais relevantes de cada questão na tabela a seguir.

<b>Porcentagem das categorias obtidas a partir da questão 2 (Em que momento você percebeu que estava/está em um relacionamento abusivo?)</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Porcentagem</b>

Quando sofreu violência psicológica	19,80%
Depois de pelo menos um ano juntos	11,10%
Após o término	10,30%
Quando sofreu violência física	10,30%
Quando buscou informações sobre relacionamento abusivo	4,70%
Quando seu humor rebaixou	3,90%
Sempre percebeu	3,17%
Quando parceiro implicou com amizades/ família	3,17%
Quando sofreu violência moral	3,17%
Após até seis meses de relacionamento	2,30%
<b>Porcentagem das categorias obtidas a partir da questão 3 (Quando você sentiu que a violência começou?)</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Porcentagem</b>
Desde o início (primeiros seis meses)	23,00%
Quando sofreu violência psicológica	21,00%
Quando sofreu violência física	6,45%
Quando descobriu traição	3,80%
Após sofrer violência sexual	3,80%
Após pelo menos um ano de namoro	2,50%
Quando parceiro implicou com amizades/família	2,50%
Após ter engravidado/ter filho	2,50%
Após o casamento	2,50%
Quando sofreu violência moral	2,50%

Com base nos dados expostos acima, foi possível concluir que as participantes conseguiram perceber a ocorrência de diferentes tipos de violência em seus relacionamentos, sobretudo a psicológica, que apareceu em destaque nas duas questões. No entanto, apesar da violência parecer estar presente desde o início do relacionamento, segundo o resultado da questão número 3, a identificação desta aparenta ocorrer tardiamente, visto que a segunda e a terceira categorias mais frequentes da questão número 2 seriam “Depois de pelo menos 1 ano juntos” e “Após o término”, respectivamente.

Teodoro *et. al.* (2020) aponta para uma certa dificuldade no reconhecimento da violência por parte da vítima, uma vez que a cultura patriarcal promove a naturalização do comportamento agressivo e de dominância do homem, transferindo a responsabilidade

para a mulher, que, segundo esta lógica, deve “se comportar” para evitar a violência. Portanto, podemos observar a influência da cultura patriarcal na crença das participantes, visto que houve uma inclinação das mesmas para uma banalização inicial da violência ao tomarem consciência tardiamente da ocorrência destas. Ademais, torna-se relevante destacar a quinta categoria mais frequente na questão número dois, que reforça a possibilidade de haver uma normalização da violência por parte das participantes.

Em seguida, procurou-se compreender quais tipos de violência estavam envolvidos nos relacionamentos abusivos das participantes, assim como verificar em quantos relacionamentos as participantes vivenciaram a violência em questão.

Assim, foi perguntado se as entrevistadas estão ou já estiveram em um relacionamento que havia violência física e, em caso positivo, quantas vezes a vivenciou. Foi observado que a maioria (47%) já passou por essa situação em apenas um relacionamento. No entanto, é interessante observar que a segunda maior pontuação (38,5%) está relacionada a mulheres que não sofreram esse tipo de violência, evidenciando que, atualmente, a violência conjugal se manifesta em diversas formas, como a psicológica, e não se trata apenas da agressão física, que se manifesta de forma mais explícita.

Em relação à violência psicológica, a maioria respondeu que já passou por essa situação, diferenciando apenas na quantidade de relacionamentos. Assim, 64,1% das entrevistadas sofreu esse tipo de violência em apenas um relacionamento, 26,5% sofreu em dois e 7,7% em três ou mais. Os dados demonstram o quanto esse tipo de violência, apesar de, diversas vezes, ser mais sutil e, por isso, passar despercebida, é recorrente e ocasiona marcas além das físicas nas vítimas.

Em relação a violência patrimonial, 58,1% respondeu que passou por essa violência em pelo menos um relacionamento, o que confirma os dados da literatura, que sugere ser esse tipo de violência algo comum no cotidiano das mulheres. Gregorio (2020) afirma que além da tentativa de controle da mulher usando o dinheiro ou bens materiais, também é frequente que as mulheres sejam desestimuladas a controlar as finanças da casa, mesmo quando se sentem com capacidade cognitiva e emocional para fazê-lo. Mas, por se tratar de atitudes sutis, por vezes pode passar despercebido e não ser reconhecido como violência pela mulher.

Já ao serem questionadas a respeito da violência sexual, a maior parte das entrevistadas (52,1%) respondeu que não sofreu esse tipo de violência. Em contrapartida, 47,8% das entrevistadas confirmaram a ocorrência em pelo menos um relacionamento abusivo que tiveram. Nesse sentido, é importante destacar que muitas vezes a violência sexual não é identificada nos relacionamentos.

Dantas-Berger e Giffin (2005), em entrevistas com mulheres em uma Delegacia Especial de Atendimento a Mulher - DEAM, concluíram que a relação sexual ocorreu, muitas vezes, sob forma de coerção naturalizada ou como uma cláusula prevista no contexto das obrigações conjugais. Portanto, o sexo sob resistência é recorrente, mas poucas vezes é nomeado pelas mulheres como violência, parecendo enquadrar-se socialmente e sexualmente como normal na relação, o que provoca um silêncio naturalizado, tal qual comprovado nos dados.

Dando continuidade aos tipos de violência sofridos, a próxima questão aborda a violência moral. Assim, 70,9% das participantes relatou ter sofrido esse tipo de violência pelo menos em um relacionamento, enquanto, apenas 7,7% não passou por essa situação. Nota-se dessa forma, uma prevalência desse tipo de violência nas mulheres deste artigo. Sendo assim, verificou-se que as formas de violência que mais foram presentes em pelo menos uma vez na vida das participantes foram a psicológica e moral, seguidas pela física, patrimonial e sexual, respectivamente.

A penúltima pergunta voltou-se para vivência de relações abusivas na infância. Os dados da literatura, conforme afirma Marques (2005), mostram que as mulheres que viveram em lares onde presenciaram violência teriam maior probabilidade de vivenciar a mesma situação com seu parceiro conjugal. Dessa forma, nossos dados se mostraram balanceados, uma vez que 52,1% marcaram que sim e 47,9% que não.

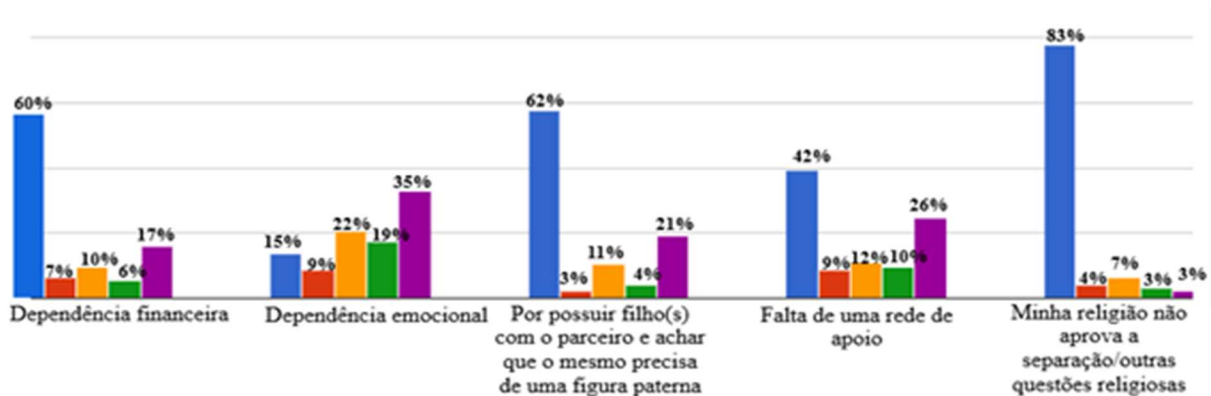
A última questão foi relacionada aos motivos que fizeram as 117 mulheres permanecerem no relacionamento abusivo, com o objetivo de responder à pergunta pertinente ao título. Para isso, foi utilizado o modelo de escala likert, composto por 21 itens. Em cada item, a entrevistada deveria marcar de 1 a 5, o quanto cada fator a influenciou a permanecer naquela relação abusiva, levando em consideração que 1 (azul): representa que não a influenciou ou não aconteceu; 2 (laranja): influenciou pouco; 3 (amarelo): neutro; 4 (verde): influenciou muito e 5 (roxo): influenciou totalmente em sua

permanência. Vale ressaltar que a seguinte análise irá abordar apenas os itens que tiveram maior relevância e que fazem parte das hipóteses do trabalho em questão.

O item que corresponde a “dependência emocional” (gráfico 1.1) influenciou 54% das participantes. Porém, era esperado um número mais elevado de mulheres que tiveram a dependência emocional como razão para continuar na relação, já que a violência psicológica é considerada mais presente nas relações abusivas segundo o que foi verificado na literatura e nas questões anteriores do presente artigo. Além disso, Fabeni *et. al.* (2015) relatam que a situação de violência gera uma submissão emocional na mulher, que a leva a acreditar que necessita do parceiro para viver. Com essa afirmativa, é possível questionar se a dependência emocional não apresentou um valor mais elevado devido às mulheres não conseguirem a identificar com tanta frequência.

**Gráfico 1.1 – dependência emocional e religião**

Pode-se verificar que, o item relacionado à “religião não aprova a separação ou



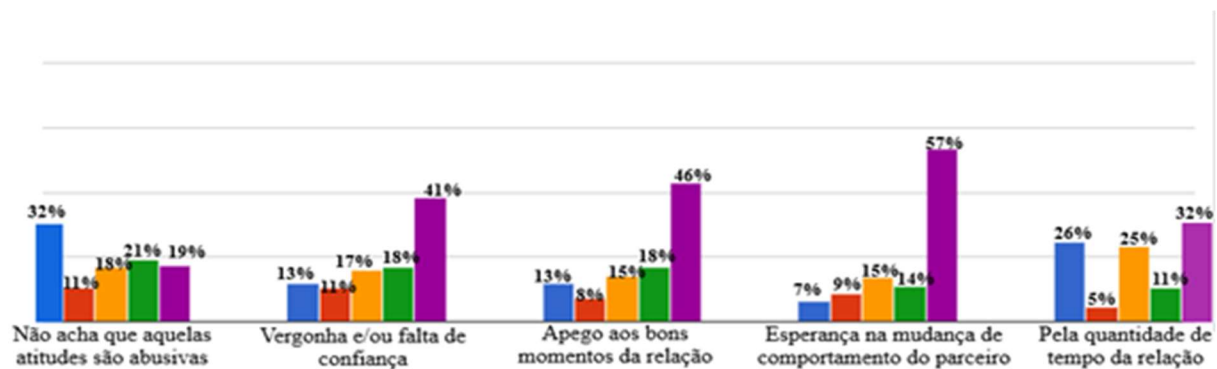
outras questões religiosas” (gráfico 1.1) foi o que menos influenciou o público-alvo do questionário, uma vez que o número de mulheres que marcaram a opção de “não influenciou” foi maior que a de “influenciou totalmente”. Os dados mostram que esse item não obteve um valor significativo para a permanência das mulheres que responderam ao questionário, apesar de Strocher (2009 apud PEREIRA *et. al.*, 2018) abordar que esse fator colaboraria para a manutenção de relações abusivas. Vale levar em consideração também que 57% das mulheres que responderam ao questionário possuíam alguma religião e 2% eram simpatizantes. Ademais, ao considerar a frequência que as participantes praticam, 19,7% marcaram sempre e 21,1% marcaram frequentemente. Assim, leva-se a pensar no seguinte questionamento: será que o resultado permaneceria



o mesmo se todas as mulheres possuísem uma religião e a praticassem sempre ou frequentemente?

Já o item referente à “esperança de mudança do comportamento do parceiro” (gráfico 1.2) foi o que mais influenciou as mulheres a permanecerem na relação abusiva. Dessa forma, esses dados vão de encontro com o que Gomes e Fernandes (2018) abordam sobre essa esperança ser um dos motivos que fazem com que a mulher permaneça na relação abusiva. Além do mais, os dados supracitados validam a hipótese de que esse motivo estaria mais relacionado com a permanência da mulher em situação de violência conjugal.

**Gráfico 1.2** – esperança de mudança do comportamento do parceiro, apego aos bons momentos e não achar que aquelas atitudes são abusivas.



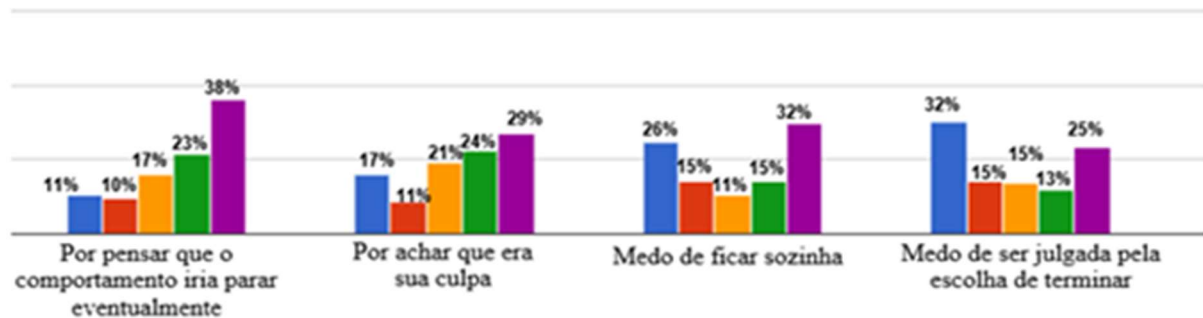
No que se refere ao item “apego aos bons momentos da relação”, a literatura revela que algumas mulheres se mantêm em relacionamentos abusivos, pois, mesmo sofrendo com a violência, os bons momentos vividos com o parceiro são levados em consideração, dificultando a saída dessa relação. Em vista disso, o respectivo item (gráfico 1.2), apresentou uma grande relevância para as mulheres da presente pesquisa, validando a hipótese de que esse fator apareceria com mais frequência.

Considerando o item “não achar que aquelas atitudes são abusivas” (gráfico 1.2), este apresentou pouca relevância para as mulheres. Entretanto, as questões 2 e 3 do presente artigo mostram que as participantes não perceberam desde o início que estavam em um relacionamento abusivo, apesar da violência estar presente na relação desde o início. Com essa declaração, ainda que o item destacado acima não tenha sido considerado

como principal para a permanência segundo as entrevistadas, este pode ser considerado como um fator relevante que contribuiu para que o relacionamento não tenha sido encerrado logo que os abusos iniciaram.

No que diz respeito ao item “medo de ficar sozinha” (gráfico 1.3), é possível fazer uma comparação com o estudo de Porto e Bucher-Maluschke (2014), no qual 34% das mulheres que denunciou seu companheiro, voltou a viver com o agressor com a esperança de salvar o seu relacionamento e com a expectativa de podere mudar o comportamento abusivo. Assim, é possível questionar a possibilidade de a mulher voltar a conviver com seus parceiros por apresentar medo de ficar sozinha.

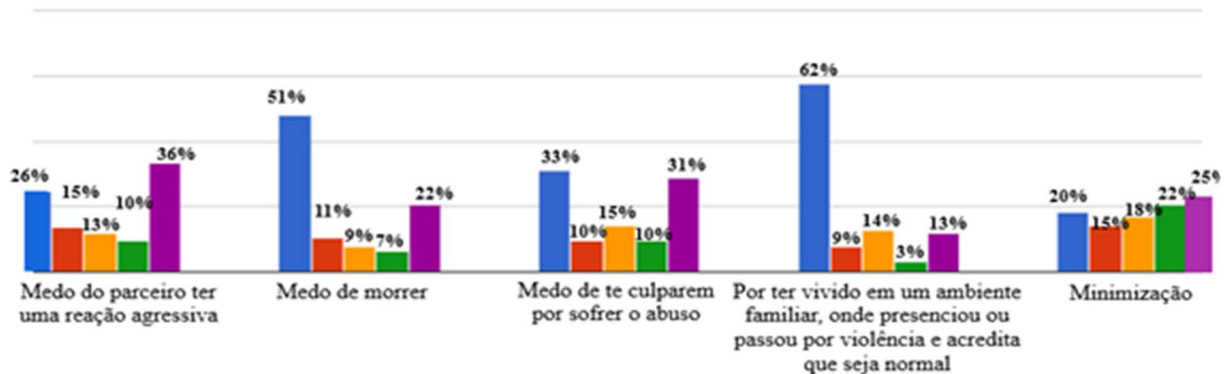
**Gráfico 1.3 – medo de ficar sozinha**



Em relação ao tópico “vivência em um ambiente familiar, onde tenha se presenciado ou passado por violência e acredita ser normal” (gráfico 17.4), a maior parte das participantes não considerou que esse fator influenciou na sua permanência, apesar de mais da metade ter presenciado relações abusivas na sua infância. Aqui torna-se perceptível uma contradição com a literatura, visto que Marques (2005) aponta para a probabilidade de mulheres que presenciaram relações abusivas na infância se envolverem romanticamente com pessoas que tendem a usar a violência.

**Gráfico 1.4** – vivência em ambiente familiar onde presenciou ou passou por violência

Além do mais, foi apresentado o item “a cultura atual pode ter favorecido para a



sua permanência”, obtendo o seguinte resultado: 64% não influenciou, 9% influenciou pouco, 12% neutro, 12% influenciou muito e 3% influenciou totalmente. Nesse sentido, embora Narvaz e Koller (2006) destaquem que haveria uma influência da cultura, devido aos papéis de gêneros pré-estabelecidos pelo patriarcado, esse fator não foi visto como importante pelas participantes para que estas continuassem na relação abusiva.

Por fim, no item “seus pais, amigos e/ou outros tinham a opinião de que você deveria permanecer nessa relação” 71% responderam que não influenciou e, com a segunda maior pontuação, 9% das entrevistadas responderam que influenciou pouco. Assim, conclui-se que esse fator não obteve relevância para as participantes.

### Considerações finais

A permanência da mulher no contexto de violência conjugal é um acontecimento que provoca estranhamento e, frequentemente, julgamentos acerca dessa mulher. Além de sofrer consequências - psicológicas e/ou físicas – as mulheres envolvidas ainda sofrem com o preconceito diante de uma sociedade patriarcal que muitas vezes desconsidera os fatores que contribuem para a manutenção desse fenômeno.

Nesse sentido, a pesquisa objetivou e foi relevante para compreender as motivações envolvidas neste fenômeno complexo, sobretudo por utilizar a pesquisa de campo, que possibilitou coletar os dados para responder à questão levantada diretamente com essas mulheres através do questionário.

A partir dos resultados obtidos, foi verificado que os itens considerados como hipóteses iniciais do trabalho: “expectativa de mudança do parceiro” e o “apego aos bons momentos da relação”, foram validados como significativos para a permanência da mulher nessa situação segundo a visão das entrevistadas. Enquanto a presença da dependência emocional e o fato de a mulher não considerar as atitudes do relacionamento abusivas, não se mostraram relevantes segundo a percepção das participantes.

No entanto, torna-se importante destacar os resultados das questões “em que momento você percebeu que estava/está em um relacionamento abusivo?” e “quando você sentiu que a violência começou?”, que evidenciaram uma identificação tardia das violências, mesmo quando estas se mostraram presentes desde o início do relacionamento, segundo a maioria. Isso indica uma possível relevância do fator “não achar as atitudes abusivas” para a continuidade de seus relacionamentos, mesmo que as participantes não o enxerguem como um dos motivos principais.

Por fim, cumpre ressaltar a relevância de estudos nessa área, gerando reflexões e debates acerca da temática em questão, que contribuam para compreensão do fenômeno estudado em todos os seus aspectos e nuances, gerando um olhar multifatorial sobre o mesmo e promovendo a quebra do estigma carregado pela mulher que vivencia a violência em questão.

## Referências

ARAÚJO, F. M.; ALVEZ, E.M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. *Perspectivas da Ciência e Tecnologia*, v.1, n.1, jan-jun, 2009.

Bíblia online. Timóteo capítulo 2, versículos 11-15. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1tm/2/11+>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARNEIRO, J. B.; GOMES, N. P.; ESTRELA, F. M.; SANTANA, J. D. ; MOTA, R. S.; ERDMANN, A. L. Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). *Esc. Anna Nery* Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, aug. 2017.

CITELI, M. T., NUNES, M. J. F. R. Violência simbólica: a outra face das religiões. *Cadernos católicos pelo direito de decidir*. São Paulo: Católicas pelo direito de decidir, v.2, n.14, 2010.

CUNHA, T. R. A. Violência Conjugal: Os ricos também batem. *Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, v.16, n.1, p. 167-176, jun. 2008.  
DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, Apr. 2005.

FABENI, L., SOUZA, L. T.; LEMOS, L. B.; OLIVEIRA, M. C. L, R. O discurso do "amor" e da "dependência afetiva" no atendimento às mulheres em situação de violência. *Revista NUFEN*, Belém, v. 7, n. 1, p. 32-47, 2015.

FALKE, D.; OLIVEIRA, D. Z.; ROSA, L. W.; BENTANCUR, M. Violência conjugal: um fenômeno internacional. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v.2, n.2, p.81-90, jul. - dez., 2009.

GARCIA, C. C. *Breve História do Feminismo*. 3ª ed. São Paulo: Claridade Ltda, 2015.

GOMES, I.R.R.; FERNANDES, S.C.S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, jan. 2018.

GRACIA, E.; MERLO, J. Intimate partner violence against women and the Nordic paradox. *Social Science & Medicine*, Oxford, v. 157, n. 1, p. 27-30, mar. 2016.

GREGÓRIO, R. Violência patrimonial cresceu após a pandemia, em especial contra mulheres e idosos. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/08/20/violencia-patrimonial-cresceu-apos-a-pandemia-em-especial-contramulheres-e-idosos.ghtml>. Acesso: 12/02/2021.



GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAUJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração. *Acta Pau Enferm*, São Paulo, v. 20, n.4, p. 504-508, out. /dez., 2007.

HUFTON, O. *The Prospect Before Her: A History of Women in Western Europe, 1500 – 1800*. ed.1. Londres: Harper Colins, 1995.

Instituto Fernandes Figueira. Visível e invisível: A vitimização das mulheres: relatório técnico, 2019.

Instituto de Pesquisa DataSenado. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contr-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso: 10/03/2021.

KELLY, J. B., JOHNSON, M. P. Differentiation among types of intimate partner violence: Research update and implications for interventions. *FamilyCourt Review*. New York, v. 46, n.3, p. 476-499, jul. 2008.

Lei nº.11.340, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso: 13/03/2021.

LEITE, R. M.; NORONHA, R. M. L. A violência contra a mulher: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas. *Direito & Dialogicidade - Crato, CE*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2015.

LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte*, v. 13, n.1, p. 1-18, jan. 2020.

MARQUES, T. M. *Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Psicologia, Uberlândia, 2005. p. 300.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. IN: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2014, Rio de Janeiro.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Eletronicas.pucrs.br*, Rio Grande do Sul, v.37, n.1, p.7-13, jan./abr. 2006.

NOTA TÉCNICA. Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus [online]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

PAZO, C. G; AGUIAR, A. C. Sentidos da violência conjugal: análise do banco de dados de um serviço telefônico anônimo. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 253-273, ago. 2012.

PEREIRA, D. C. Z.; CAMARGO, V. S.; AOYOMA, P. C. N. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, Paraná, v.20, n.2, p.9-25, jun. 2018.

PORTO, M. A Permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.30, n.3, p.267-276, set. 2014.

PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.30, n.3, p.267-276, set. 2014.

PEDRO, J. M. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Santa Catarina, v. 4, n. 4, p.33-39, jun. 2000.

SOUZA, P. A.; AURÉLIO, M. R. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. *Ciências Humanas*, Florianópolis, n.40, p.509-527, out. 2006.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I., PINHO, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Saúde pública*, São Paulo, v.36, n.4, p. 470-477, mai. 2002.

TEODORO, F. N. J.; BRASIL, L. F. A banalização da violência contra a mulher: uma análise da culpabilização da vítima sob o olhar de Hanna Arendt. *Práxis jurídica*, Goiás, v.4, n.1, pág. 1-23, abril/2020.

VIGÁRIO, C.; PAULINO-PEREIRA, F. C. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. *Revista de Psicologia*, v.5, n.2, 153-172, 2014.

WALKER, L. E. *The abused woman: a survivor therapy approach*. 1ª edição. New York: Newbridge Communications, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Violence against women. Geneva. [online] Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 12 de março de 2021.



ZANCAN, N.; WASSERMANN, V. LIMA, G. Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v.17, n.1, p.63-76, jul. 2013.